



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638765 - SP (2021/0002394-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LEONARDO NASCIMENTO DE PAULA - SP320176
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DIEGO EVANGELISTA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIEGO EVANGELISTA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1529202-79.2019.8.26.0228).

O paciente foi condenado à pena de 2 anos de reclusão em regime inicial fechado, como incurso no art. 155, *caput*, do CP.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal na dosimetria da pena realizada pelo Tribunal de origem, o qual, sob sua ótica, adotou fundamentação genérica para exasperar a pena-base, sobretudo no que se refere aos antecedentes e à personalidade do agente.

Afirma, ainda, que o patamar de aumento adotado tanto na primeira quanto na segunda fase deve ser reduzido, em observância ao princípio da proporcionalidade, defendendo a necessidade de fixação de regime menos gravoso para início do cumprimento de pena.

Requer, liminarmente e no mérito, a redução da pena imposta ao paciente, com o abrandamento do regime inicial de cumprimento de pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente